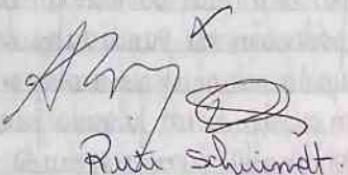


11

aprovados os seguintes Projetos. Projeto de lei nº 084/2008 - R\$ 6 mil 51/2008 e
Projeto de lei Complementar nº 001/2008. Nada mais havendo a tratar, o Senhor
Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus B., para comemorar, mun-
doso que se fizesse o presente Ofício, que de posse de todos, submetida a aprovação
Municipal, Aprovado, será assinada para que produza seus efeitos legais.


Ruth Schmidt.

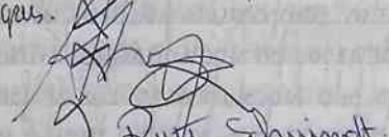
Ata da Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da
Câmara Municipal de São José, realizada no dia 16 (dezessete) de dezembro do
ano de 2008 (dois mil e oito).

As dezoito horas do dia 16 (dezessete) de
dezembro do ano de 2008 (dois mil e oito), sob a presidência do Vereador Deus Bento
do Carmo de Oliveira e com a participação da Vice-Prefeita, foi votada
várias matérias da ordem, reunidas exultantemente a Câmara Municipal de
São José. Dentre elas, respondendo a questão, respeitável em seguida verea-
dor: Quem é filha do poeta Alexandre Vellano Anna, Alfredo, plus Neopára
Gonçalves, faleceu de Santos Vilela, Jordan Rinaldo de Oliveira, foi casado de
Fábio e Edilson Rodrigues Bento. Havendo nenhuma resposta, o Senhor Presidente
declarou aberto a presente Ofício em nome de Deus. A seguir, foram lidos e
aprovados os seguintes Ofícios: Ata da Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo e
Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária
financiaria do Segundo Período Legislativo. A seguir o Senhor Presidente apresentou
um projeto de lei respeitável ao Vereador Inácio Guedes, referente à
Expediente que consta do seguinte: Projeto-GARÉ-ET nº 65/2008 - Reverso
Bens e Valores - Bem-vogado nº 052/2008 - Projeto de lei nº 085/2008, assunto: Con-
toriza o Poder Executivo a abrir no Documento Móvel, na Unidade Orgâni-
ca de Desenvolvimento de São José - UEDAS, o credito adicio-
nal no valor que minuciar. Projeto de lei nº 086/2008 - Vereador Alfredo
deus Neopára Gonçalves, assunto: Considera de utilidade Pública Municipal
a Organização Cultural "Aqua Jive", autorizada a levar o Expediente a Unidade
Municipal competente a Instituto aos oradores imertos. Cumpre a intenção com-

último orador emarca o final das Funções do Tribunal de Contas, que inicialmente considera as competências de função. A seguir, deve ser ressaltado que a maioria ainda aprecia o Parecer Nenhum da Comissão de Fazenda sobre a estruturação de Pontos do Tribunal Federal, com reservas e determinações. Nesse caso após uma discussão marcada por balanços judiciais e pela promessa de se haver uma discussão exemplar onde todos os que respondem ao processo em minhas ou suas comissões a mim com o Tribunal ou com a União não poderiam ser candidatos. Nesse caso o Tribunal de Contas de Funções liberau enquadramento que acabou estabelecendo um princípio homologacional que exigiu o termômetro em julgado para que alguém pudesse estar definitivamente condenado e assim, incluído o processo no eleitoral. Observou que esperadamente anularia-se a possibilidade ou não de uma sentença terminalina do Tribunal de Contas da União com respeito ao uso de recursos oriundos de convênios repassados pela União aos municípios resultar em impedimento de candidatura, também do repasse de contas a haver de maior Parecer do Tribunal de Contas. Disse que no caso não era só o Império do Comitê de que cabia ao Poder Legislativo fazer o repasse de contas do Chefe do Poder Executivo Municipal para ao Tribunal de Contas, sendo este apenas um órgão consultivo, o que caracterizava a responsabilidade do Poder Legislativo que diante do Tribunal poderia votar contra ou a favor, sublinhou que a sua solicitação vinha de sua maior nobreza, encarando a União fiscalizadora, e não a fiscalizada. Nesse que o legislativo não pretendia "cortar, burlar", mas era necessário que fosse observada a imparcialidade do Mínimo legislativo, continuando, comentou sobre a questão em que deveria ser aplicada a fiscalização de contas de m. Prefeito Alceu Correa, que o prefeito "dormiu" nos gabinetes e não fez nada na sua legislatura, com isso o Comitê deixa de prever a menor fiscalização. Nesse caso, que questões como impugnações de mandatos eletivos eram levadas ao Tribunal e somente eram decididas em último grau quando já estavam esgotados todos os meios de recurso administrativo. Adianta, como exemplo o município vizinho, Brumal do Oeste, onde os prefeitos tinham suas mandatos questionados, mas quando viria a discussão judicial, tais prefeitos já haviam vencido seus mandatos. Nesse que a sua legislação era a imparcialidade, visto que uma vez que o Prefeito tivesse suas contas rejeitadas

da sua Câmara, os mesmos não conseguem registrar sua candidatura. Diz que também no município de Brásílio, o Prefeito Birinim Braga, vinha des de amanhã quando havia seus contas resguardadas e somente conseguia registrar sua candidatura porque a Câmara desaparecera, não se sabendo adequadamente os funcionários de tribunais julgadores para qualificar aquela União com a validade de próprio representatividade. Continuando, diz que o Poder Legislativo devia se afirmar diante da sociedade. E segue, comentando sobre o número de vereadores nas Câmaras Municipais, apesar do ampliamento divulgado em âmbito nacional. Diz que ainda que era adepto da teoria de Mauro, que alegava que quanto mais representativa fosse a cidade, maior seria a necessidade de vereadores. Foi isso defendido que os habeat mentes minimos superiores a representantes do capital, e diminuiria a representatividade da sociedade. Nesse momento, separou-se aparte o vereador Lellozo Gonçalves, que afirmou que concordava que o Poder Legislativo era um poder sócio e que queria achar a sua forma, mas quando um julgamento de contas do prefeito saía tinha com prazo formulado do Tribunal de Contas, os vereadores não estavam aptos a julgar e analisar. Entretanto, ele Lellozo Gonçalves baseava-se no parecer do Tribunal onde havia acordo, é, economistas, enfim, pessoas especializadas para aquela função. Diz que quanto a ameaça do vereador Jânio com relação a União de Brásílio, a respeito dos pontos do Prefeito Birinim não foi em decorrência da afixação irregular dos vereadores, mas em questões políticas. Retirando a fala entre o Vereador Jânio, diz que com relação a competência do diretor das finanças, estava certo de que o mesmo estava apto para dar um parecer técnico adequado. Em seguida, diz que com relação ao parecer do Tribunal de Contas, eram dois Pareceres: um de cunho imobiliário, o corpo técnico, que era excelente e em regra opinavam pela regularidade das contas e havia ainda um outro, que ia para a Casa Legislativa, o Parecer do Financeiro, fruto das indicações e das composições políticas. Afirma que tais composições incluíam levantam direitos e responsabilidades ao Tribunal de Contas, que manchavam suas honras pelo legislativo do Rio de Janeiro ou pela administração pública. Transformaram o trabalho técnico em recomendações. Diz que muitos prefeitos eram obrigados a pagar pedágio para tirar suas contas aprovadas no Tribunal, isto é, "obra da imoralidade" no Rio de Janeiro, no que incansou sua fala. Nas havendo muitos oradores, imediatamente para o topo da tribuna, o de todos manifestou concordar com o trabalho para a Ordem do dia. Nesta etapa, foi

aprovado o Parecer favorável da Comissão de Redação Final nos seguintes Projetos:
Projeto de Lei n° 102/2008, 123/2008, 029/2008 e 038/2008. Foi aprovado Parecer
favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Abertura nº 8 votos contra um
no Parecer Voto do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Ofício
725/556 40264/2008 - Projeto n° 209.806-5/08, Projeto de Resolução n° 44/08
- Comissão de Finanças e Projeto de Resolução n° 045/2008 - Comissão de Finanças
Foi aprovado o Parecer da Comissão de Políticas Públicas nos seguintes Projetos:
Projeto de Lei nº 061/2008, tendo o pregoi encaminhado para a Comissão
de Redação Final e 073/2008 que tive aprovado o requerimento de Urgência
n° 144/2008 para que os Comunícis Técnicos se reuniem para emitir
Parecer em conjunto ao mesmo. Foi aprovado o Parecer favorável da Comissão
de Documentação e justiça nos seguintes projetos: Projeto de Lei n° 055/2008-
S. E n° 40/2008, tendo o pregoi aprovado o requerimento de Urgência n°
142/2008 para que os Comunícis Técnicos se reuniem para emitir Parecer
em conjunto ao mesmo, 048/2008, 082/2008, sendo estes encaminhados
para a Comissão de Políticas Públicas, 083/2008 - S. E n° 50/2008, tendo o
pregoi, aprovado o requerimento de Urgência n° 143/2008 para que os Co-
munícis Técnicos se reuniem para emitir Parecer em conjunto ao mesmo
Foi aprovado o requerimento de Urgência n° 141/2008 para que os Comunícis
Técnicos se reuniem para emitir Parecer em conjunto ao respectivo Projeto:
Projeto de Lei n° 085/2008 - S. E n° 52/2008, Foi encaminhado para a Comis-
são da Comunicação e justiça o seguinte projeto: Projeto de Lei n° 086/2008
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Ses-
são em nome de Deus marcou Sessão Extraordinária para dentro de
quatro minutos. E, para comtar mandou que se lavrasse a presente Acta
que depois de lida, saiu dehido a Apreciação Nenhum, Aprovada, se vai con-
siderada para que produza efeitos legais.



Duda Schmidt